

1. INTRODUÇÃO: MEDIÇÃO E CONSTRUÇÃO DA CONVIVÊNCIA E DA PAZ

Elisabete Pinto da Costa¹ e Ana Maria Costa e Silva²

¹ Centro de Estudos Interdisciplinares em Educação e Desenvolvimento | Instituto de Mediação |
Universidade Lusófona, Portugal | elisabete.pinto.costa@ulusofona.pt |
<https://orcid.org/0000-0002-6255-4135>

² Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade | Instituto de Ciências Sociais | Universidade do Minho,
Portugal | anasilva@ie.minho.pt |
<https://orcid.org/0000-0001-8598-7243>

As alterações profundas na sociedade, em termos da organização, condições, dinâmica e valores, fazem aumentar a solicitação por meios dialógicos de intercompreensão renovados. Neste contexto, a mediação é apresentada como uma metodologia adequada à promoção das diversas dimensões relacionais do indivíduo e da sociedade, seja como estratégia de formação, como veiculadora de convivência, coeficiente de coesão, modelo de intercomunicação, através de novas formas de socialidade.

A mediação tende a situar-se próxima de abordagens que a entendem como um método ou uma técnica disponível para resolver construtivamente conflitos entre dois ou mais indivíduos, ou próxima de abordagens que encontram nela potencialidades de intervenção transformadora do contexto social. Consiste numa metodologia de capacitação, de empoderamento e construtora de convivências colaborativas, co-construídas e pacíficas. Mais do que uma perspectiva utópica, é um movimento emergente e generativo para a construção de possibilidades que integra aprendizagem, comunicação, prevenção, gestão e resolução de conflitos (Pinto da Costa, 2020).

A mediação assume como objetivo essencial “(...) proporcionar uma sequência de aprendizagem alternativa (nomeadamente entre pessoas em conflito, explícito ou implícito), superando o estrito comportamento reativo ou impulsivo” (Silva, 2011, p. 249). Para o efeito, o processo de mediação promove nos sujeitos uma atitude de reflexão, pensamento crítico e capacitação constantes. Neste processo incentiva-se ao reconhecimento das identidades, à perceção dos valores, à validação dos interesses e das necessidades e ao acolhimento das emoções e dos sentimentos. Por sua vez, a consciencialização de que as soluções podem ser alcançadas pelos próprios atores, conferindo-lhes a perceção de que efetivamente conseguem lidar com os próprios problemas, assume um forte pendor empoderador. Assim, ao aceitar o reconhecimento da singularidade de cada indivíduo e ao dar oportunidade de cada um participar na tomada de decisão sobre os seus próprios interesses, admite-se a construção de “lugares sociais legítimos” (Schnitman, 2000, p. 18).

Ainda persiste uma perceção social de que perante a existência de conflitos não há uma convivência harmoniosa. Porém, numa aceção positiva da convivência (de algo a construir e a prosseguir) importa cuidar dos fatores que permitam expectar essa “(...) melhor situação e a ideal a alcançar” (Giménez, 2005, p. 13). Apesar de haver paz na coexistência, esta “(...) não é tão poderosa ou forte como aquela da convivência – na qual a paz é a regulação pacífica permanente da conflitualidade – sendo antes uma paz de não agressão, de não violência física” (Idem). A convivência não encerra uma visão carente de conflito.

Tanto a convivência como a paz assumem-se como conquistas frágeis. Galtung (1969) advoga a paz como um objetivo social, necessariamente complexo e difícil, mas não impossível de alcançar. O entendimento da paz como ideal a alcançar implica uma análise mais ampla do conceito. É neste sentido que a paz pode ser definida em duas vertentes: a paz negativa e a paz positiva (Galtung, 1964; 1969). Enquanto a primeira está relacionada com a ausência de guerra, a segunda pressupõe integração na sociedade humana. Em consequência, a paz negativa resulta do êxito da capacidade humana para impedir ou evitar o recurso à força e a paz positiva decorre da empatia, da solidariedade e da colaboração entre o ser humano.

Os desafios acima apresentados interpelam-nos para uma nova proposta epistemológica e, sobretudo, uma nova forma de atuar. Propõe-se, por isso, a implementação de processos de comunicação geradores de ligações e integrações (de sujeitos, grupos, povos e Estados). Trata-se de uma intervenção multinível e multifocal, do domínio do interpessoal ao domínio da sociedade. Advoga-se, para esse efeito centrífugo e amplificador entre níveis e focos, um modelo assente na metodologia da mediação, que promove a gestão das diferenças e dos diferendos, não se restringindo a uma intervenção de redução do *deficit*. Propõe-se, sobretudo, a criação de condições de empoderamento, de justiça e de coesão, centradas nas pessoas obreiras desta nova forma de pensar, estar e fazer sociedade, culturalmente colaborativa e inclusiva, numa lógica de cidadania global.

A mediação é, por isso, uma metodologia potenciadora de paz positiva, nas três vertentes apresentadas pelos Estudos para a Paz. A mediação constitui um meio de prevenção de violência direta e/ou de criação de paz direta ao convocar habilidades e competências sociais e relacionais que geram (re)encontro, (re)conhecimento e (re)conciliação. A mediação contribui para a prevenção da violência estrutural e/ou criação de paz estrutural pela satisfação das necessidades (como: bem-estar, valorização da identidade, etc), cujo desconhecimento ou não satisfação geram injustiças, exclusões e discriminações. Por fim, a mediação é preventiva da violência cultural e/ou geradora de paz cultural através do (re)conhecimento e (re)valorização das realidades diversas e diferentes. Esta cultura participativa e colaborativa, legitimada socialmente, pode refletir-se em atitudes, preceitos e hábitos individuais e coletivos.

“Mediação e Construção da Convivência e da Paz” foi o título definido para o IX Congresso Internacional para o Estudo da Mediação e do Conflito, realizado entre 16 a 18 de outubro de 2024, co-organizado pela Universidade do Minho, a Universidade Lusófona e a CUMEYC (<https://cuemyc.org/congreso-2024/>). Os 34 capítulos que compõem este livro constituem várias das comunicações apresentadas nesse Congresso Internacional, vertidas em textos sujeitos a uma revisão cega por pares. São, na sua grande maioria, trabalhos de investigação desenvolvidos em diversos contextos e geografias, e alguns deles de natureza fundamentalmente teórica. Muitas das comunicações apresentadas nesse Congresso Internacional foram convertidas em textos sujeitos a uma revisão cega por pares. São, na sua grande maioria, trabalhos de investigação desenvolvidos em diversos contextos e geografias, e alguns deles de natureza fundamentalmente teórica. Os 34 textos aprovados estão organizados em capítulos que compõem os dois volumes desta obra, cada um deles com 17 capítulos

Tendo a mediação, a convivência e a paz como temas congregadores, os textos enquadram-se nas seguintes áreas: política, jurídica, educativa, psicossocial, novas tecnologias e incidem em diversas áreas específicas da mediação, como: mediação civil, comercial, familiar, escolar, social, intercultural. Mesmo nos artigos que privilegiam as temáticas do conflito, da guerra e da paz, a mediação é referida como uma metodologia promotora da convivência e da paz.

Os textos estão escritos em português Europeu e do Brasil e em espanhol. Esta diversidade está também espelhada nas análises que nalguns textos se focam em contextos nacionais ou locais (por vezes, associados à proveniência dos seus autores). Desta forma, dá-se destaque ao desenvolvimento da mediação que, sendo específico em termos de áreas científicas e de geografias, vem-se afirmando num movimento multidisciplinar e transnacional.

A concluir esta introdução, apresentam-se os devidos agradecimentos: às autoras e autores que contribuíram com os seus textos para a construção desta obra coletiva e aos revisores e revisoras dos mesmos; à CUMEYC (Conferência Internacional de Universidades para o Estudo da Mediação e o Conflito), que tem proporcionado a promoção do estudo e desenvolvimento da mediação e a gestão adequada do conflito, através da cooperação interuniversitária e do diálogo entre universidades e agentes sociais; ao Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade (CECS) da Universidade do Minho, e ao Centro de Estudos Interdisciplinares em Educação e Desenvolvimento (CeIED) da Universidade Lusófona, pela colaboração na realização do referido Congresso Internacional; na realização do livro de resumos (de autoria do CECS) e deste livro com vários capítulos (de autoria do CeIED). Todas estas entidades têm sido essenciais no apoio à

investigação e disseminação do conhecimento sobre a Mediação.

Acreditamos que esta obra pode contribuir significativamente para ampliar o entendimento sobre a mediação, como instrumento de transformação política, social e humana, inspirando (antigos e novos) caminhos para a promoção da convivência e da paz.

Referências Bibliográficas

- Galtung, J. (1969). Violence, Peace and Peace Research. *Journal of Peace Research*, 6(3), 167-191.
<https://doi.org/10.1177/002234336900600301>
- Galtung, J. (1964). An editorial: What is peace research? *Journal of Peace Research*, 1(1), 1-4.
<https://journals.sagepub.com/doi/pdf/10.1177/002234336400100101>
- Pinto da Costa, E. (2020). Convivência e paz em tempos de crise: contributos da mediação. *Revista EstreiaDiálogos*, 2, 29. https://www.estreialdialogos.com/files/ugd/eb8d33_b336fae2e18747ec87edd0139afdebbf.pdf
- Schnitman, D. (2000). *Nuevos paradigmas en la resolución de conflictos. Perspetivas y prácticas*. Granica.
- Silva, A. M. C. (2011). A mediação e(em) educação. *Revista Intersaberes*, 16(12), 249-265.
<https://www.revistasuninter.com/intersaberes/index.php/revista/article/view/41>